



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000959-17.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Multas e demais Sanções**  
 Requerente: **JAZON ZANINI SANTANA**  
 Requerido: **Departamento de Estrada de Rodagem do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de **Ação Declaratória de Nulidade de Auto de Infração de Trânsito**, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, promovida por **JAZON ZANINI SANTANA** contra o **DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO**, visando à nulidade do Auto de Infração de Trânsito nº 1E828290-2 (fls. 05) sob fundamento de que, na data da infração, a sua motocicleta estava estacionada na empresa onde trabalha e não onde foi aplicada a multa de trânsito, local que sequer conhece, sendo impossível estar em dois lugares ao mesmo tempo. Requereu a antecipação dos efeitos da tutela para renovar sua CNH, bem como a procedência do pedido para que se declare a nulidade do referido auto de infração. Com a inicial vieram os documentos de fls. 01/11.

Pela decisão de fls. 30/31 foi deferida a emenda da petição inicial para adequação do polo passivo da ação, bem como indeferida a antecipação dos efeitos da tutela.

O DER apresentou contestação, alegando, preliminarmente, ilegitimidade de parte. No mérito, sustentou a presunção de legalidade e veracidade dos atos administrativos.

O autor não apresentou réplica (fls. 54).

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

O presente feito comporta julgamento no estado em que se encontra, vez que caracterizada a hipótese do artigo 330, I, do Código de Processo Civil (julgamento antecipado da lide).

Em primeiro lugar, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva arguida na contestação, posto versar a ação sobre pedido de declaração de nulidade do Auto de Infração de Trânsito nº 1E828290-2 lavrado pelo Departamento de Estrada e Rodagem – DER, conforme se verifica às fls. 05. O cancelamento dos pontos que recaem sobre a CNH do autor, em decorrência do referido auto de infração, é mera consequência da eventual procedência do pedido.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

No mérito, o pedido é procedente.

As declarações juntadas às fls. 07/08, emitidas pela empregadora do requerente, comprovam que, na data e hora indicadas no Auto de Infração (fls. 05), ele estava trabalhando e sua motocicleta estava estacionada no pátio da empresa.

Ressalte-se que declarações foram trazidas aos autos juntamente com a inicial e não foram impugnadas pelo réu em sua contestação, que se limitou a defender a presunção da legalidade e veracidade do ato administrativo.

Ademais, foram apresentadas em papel timbrado da empresa, com a indicação do CNPJ.

A presunção de veracidade dos atos administrativos é relativa, admitindo prova em contrário e, no caso em tela, o autor demonstrou que a sua motocicleta estava em outro local na data e horário da infração.

Desta maneira, a procedência do pedido é medida que se impõe.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido para declarar a nulidade do Auto de Infração de Trânsito nº 1E828290-2 lavrado pelo DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO- DER, bem como, por consequência, dos efeitos dele decorrentes, extinguindo o processo com fundamento no art. 269, I, do CPC.

Sucumbente, arcará o requerido com as custas e despesas processuais, na forma da lei, bem como com os honorários advocatícios, que fixo, por equidade, em R\$ 700,00 (setecentos reais).

Expeça-se ofício ao DETRAN para que exclua do prontuário do autor as pontuações referentes ao Auto de Infração de Trânsito nº 1E828290-2.

P.R.I.

São Carlos, 10 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**